

“EMINÊNCIA PARDA”: O ENSINO DE BIOLOGIA NO CAMINHO DA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

Jéssica Ohana Silva Pereira

Universidade do Estado da Bahia – UNEB (Brasil)

Endereço eletrônico: jessicaohanasp@hotmail.com

Zoraide Portela Silva

Universidade do Estado da Bahia – UNEB (Brasil)

Endereço eletrônico: zoraideportelas@gmail.com

22

INTRODUÇÃO

O racismo estrutural tem uma longa trajetória, e se mantém ainda hoje com uma mistura da história, ideologia e, também, ciência. A desconstrução histórico-ideológica do racismo é feita diariamente por estudos e posições das comunidades acadêmicas e da sociedade de um modo geral, comprometidas com uma sociedade justa e sem discriminações de espécie alguma. Todavia, os resultados das lutas travadas pelas comunidades negras ainda enfrentam preconceitos cientificamente enraizados. Como sabemos, também a ciência deve ser historicizada, deve ser colocada em seu tempo, não para ser justificada ou confirmada, mas, às vezes, para ser corrigida. A ciência, sendo um produto humano, é histórica, mutável e instável, e o ato de revisitar “certezas”, configura-se num movimento natural e permanente de todo processo científico em que o resultado pode ser a quebra de paradigmas e estereótipos. Posicionamentos e resultados científicos de uma época tem passado por novas análises, e temos vivenciado o desvelar de concepções produzidas a partir de estudos datados de séculos anteriores, expondo preconceitos, julgamentos, interpretações preconcebidas. A desconstrução do racismo científico deve seguir esse caminho.

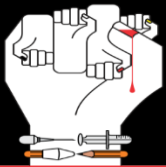
O século XIX foi marcado por uma intensa preocupação com a ciência moderna, sendo marcante o grande incentivo às pesquisas e o efeito direto era ditar o comportamento e a atuação da sociedade da época. O peso do olhar científico era grande e o que era produzido nesse meio tornava-se verdade inquestionável, de modo a ser incabível qualquer contra argumentação que não viesse de uma atividade laboratorial ou com certificação científica. Porém, mesmo partindo desse universo, a resistência era grande em romper com ideias preconcebidas socialmente justamente porque alguns produtos desses estudos estavam servindo de alicerce científico para justificar práticas econômicas vigentes como o sistema de escravidão, por exemplo.

Realização:



Apoio:





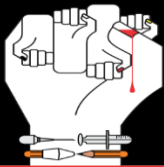
A ciência era (e ainda é) um espaço de poder que ainda não está disponível a todos e todas de maneira igualitária e o “poder” pode ser entendido como a habilidade de contar a história de outra pessoa e, para além de contar, de fazer com que ela seja uma história definitiva (ADICHIE, 2019). A população negra ainda está conquistando o espaço que lhe é de direito e que foi negado durante muito tempo e, ao passo que avança, faz da produção científica um ato político, deixando de ser “estudada” como objeto “científico”, como foi por anos afincado, para descrever a sua própria história, rompendo com os estigmas da história única (KILOMBA, 2019).

Adjetivado como velado, o racismo brasileiro pode ser vivenciado de infinitas formas, em diversos espaços, por diferentes instituições, e a sutileza que pode vir anexada a esse ato violento, só expõe o quanto é um sistema articulado através de uma sofisticada rede de pensamentos e ações que além de multifacetado, o racismo funciona por meio de um regime discursivo formando uma cadeia de associações de palavras e imagens: primitivo – inferior, selva – selvagem, negro – ruim (RATTS, 2007) (KILOMBA, 2019).

Contextualizando com o meio escolar, o legado deixado por Paulo Freire é a educação crítica a serviço da transformação social a partir do momento que o espaço escolar formal e não-formal é considerado um ambiente que tem um grande potencial emancipatório e libertador.

Em “A pedagogia do oprimido” Freire entende e expõe o conceito de educação como instrumento de opressão quando analisa o método tradicional do processo de ensino aprendizagem fixado na ideia do professor como aquele que detêm o conhecimento e o aluno apenas aquele que recebe o conhecimento pronto e acabado. E esse método bancário de educação, sendo um procedimento acrítico e de ação mecânica de depositar “conhecimentos”, ainda pode ser facilmente observado nas escolas brasileiras e tem como uma das consequências um despejar em salas de aulas de estereótipos, julgamentos e preconceitos que os educadores carregam, podendo comprometer de forma direta a construção de uma ideia de negritude enquanto potência.

Com todo potencial emancipatório e libertador que a escola carrega, é costumeiro que seja nesse espaço que nascimentos de “identidades étnicas” aconteçam e nem sempre surgem como eventos positivos. Apoiada em Neusa Santos, entendo que “ser negro não é uma condição dada, a priori. É um vir a ser. Ser negro é tornar-se negro” (SOUZA, 1983, p.77). Nesse sentido, as pessoas entendidas socialmente como negras geralmente carregam em sua história dois momentos que correspondem aos seus



nascimentos: o primeiro corresponde ao dia que chega a este mundo, biologicamente falando, e o segundo corresponde ao dia que a sociedade lhe aponta e a identifica como uma pessoa negra e, geralmente, é a escola o primeiro espaço de opressão e palco das primeiras experiências de discriminação racial que, infelizmente, não são protagonizadas apenas por outras crianças, ocorrendo situações em que os docentes também ocupam esse lugar.

Dessa forma, essa pesquisa tem como intuito central refletir sobre a atual conjuntura educacional sob um olhar antirracista, discutir a atuação e interferência do Movimento Negro para a educação assim como o conceito e apontamentos sobre a pedagogia decolonial e educação antirracista. À vista disso, preliminarmente tentaremos um breve contexto histórico acerca de como o cenário brasileiro é desenhado para, em seguida, aproximarmos-nos das possibilidades de educação antirracista através do ensino de Biologia.

24

METODOLOGIA

Centrado na discussão sobre formas de promover uma educação antirracista e utilizando o ensino de biologia como espaço para alcançar o desmantelamento do racismo científico e o fortalecimento da identidade negra, o presente trabalho tem como tema a decolonialidade curricular, a interculturalidade e a educação antirracista e sua natureza configura-se como teórica e qualitativa.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e discussões através de diferentes autores e autoras que tem dedicado suas produções ao tema supracitado, unindo a esse debate a música do rapper Emicida “Eminência parda” como forma de fazer chegar aos jovens do ensino médio discussões sobre a temática através da arte que majoritariamente é consumida por esse público.

RESULTADOS e DISCUSSÕES

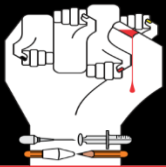
O título do presente ensaio é inspirado na música “Eminência parda” do rapper Emicida e todos os trechos acima redigidos entre aspas são trechos dessa composição. Nela também tem o pedido para “vê na rua o que as rima fizeram” em que, ao mesmo tempo que nos traz uma mensagem de esperar lutando, provoca a lembrança de que todas as conquistas já alcançadas foram através de confrontos e do importante papel do Movimento Negro para que possamos usufruir de determinados espaços e poder continuar construindo a nossa ascensão.

Realização:



Apoio:



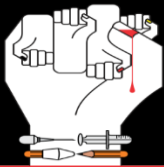


Assim, o caráter emancipatório, reivindicativo e afirmativo do Movimento Negro o tornou um importante ator político, desempenhando o papel de “educador de pessoas, coletivos e instituições sociais ao longo da história e percorrendo as mais diversas gerações” (GOMES, 2017, p. 23). O analfabetismo e a lenta inserção nas escolas oficiais constituíram um dos problemas principais para a inserção da população negra no mundo do trabalho e, constatando que políticas públicas de educação de caráter universal não atendiam a esse público, as reivindicações do Movimento mudaram, assim como o seu discurso (GOMES, 2017).

Dessa forma, a luta principal passa a ser por políticas públicas de ações afirmativas que promovessem o que Almeida (2019) chama de discriminação positiva cujo objetivo é corrigir estigmas sociais causadas pela discriminação negativa, aquela que causa prejuízos e desvantagens, através da possibilidade de atribuir tratamento diferenciado a grupos historicamente discriminados. Assim, as ações afirmativas não eram pauta estranha dentro da militância e emergiram passando a ser entendida como uma demanda real e radical e a sugestão mais notável e defendida foi a modalidade de cotas raciais (GOMES, 2017).

O Movimento Negro sempre manteve uma postura de tensionar e pressionar o Estado brasileiro e as esquerdas e, o que Gomes (2019) deixa explícito em “O movimento negro educador” é que se não fosse a ação organizada dessa instituição, o país não teria avançado na construção de políticas de igualdade racial e de tentativas de superação do racismo. Por mais sombrios que os tempos atuais possam transparecer, conquistas foram galgadas através de muitas lutas e, por mais insignificante que possa parecer, o fato de o Estado Nacional ter reconhecido internacionalmente a existência institucional do racismo em nosso país durante o Plano de Ação de Durban em 2001 tem um peso importante, principalmente se tratando de uma sociedade que ainda insiste em afirmar que o racismo não existe (GOMES, 2017).

Focando nas conquistas negras no universo educacional, duas merecem destaques: a primeira foi a legitimação das cotas raciais para universidades e concursos públicos e a segunda foi a Lei 10639/03 sancionada em 2003 garantindo o estudo da cultura negra para além da ótica escravocrata, rompendo com o legado da história única. Já foram 18 anos desde quando a lei foi sancionada, mas partindo para a atuação prática em sala de aula, muito ainda preciso ser revisto para que uma educação antirracista seja construída.



Entender que o colonialismo vai além do que uma imposição política, militar ou administrativa e que chega às raízes sociais mais profundas, sobrevivendo mesmo após o processo da emancipação política das colônias, pode ser um importante passo em direção a educação antirracista (CANDAU; OLIVEIRA, 2010). Assim, o processo de decolonidade parte da desumanização e consideração das lutas dos povos historicamente subalternizados, para a “construção de outros modos de viver, de poder e de saber”, representando uma estratégia que implica na construção e criação em que a “meta é a reconstrução radical do ser, do poder e do saber” (CANDAU; OLIVEIRA, et. al., 2010, p.24).

26

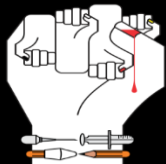
CONCLUSÕES

O trabalho precisa ser coletivo para alcançar um objetivo maior e que carrega uma significância social. É com esse pensamento fincado na ação que a disciplina de Biologia pode configurar-se como um campo possível de contribuição para uma educação antirracista a partir da exposição do racismo científico e da desconstrução das sequelas que as teorias racistas deixaram.

Assumir esse lugar quando não houve suporte formativo no início da carreira configura-se desafiador para o docente de Biologia, visto que discussões sobre a temática racial ainda se percebem tímidas nesses espaços, porém, é do refletir e agir que a mudança acontece e dessa busca por mudança, muitos docentes iniciam essa caminhada sem suporte acadêmico e conquistam a partir da iniciativa própria.

Sendo assim, é preciso que discussões sobre a temática aconteçam não apenas de forma superficial, mas de forma efetiva possibilitando a aplicação prática e a desconstrução real da colonialidade através da liberdade de pensamento e da autonomia que geralmente precisa ser conquistada subvertendo o sistema ainda tão centrado nas ideias coloniais. Possibilitando novas formas de pensamentos, quebra de estereótipos e até o fortalecimento de identidades étnicas, o docente em sala de aula estará contribuindo também na formação de cidadãos que poderão ocupar espaços de poder causando rupturas essenciais para continuar o ciclo de descolonizar.

PALAVRAS-CHAVE: Decolonialidade. Racismo Científico. Ensino de biologia.



REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda N. **O perigo de uma história única**. Companhia das letras. 2019.

CANDAU, V.M.F.; OLIVEIRA, L. F. **Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil**. Educação em Revista | Belo Horizonte | v.26 | n.01 | p.15-40 | abr. 2010.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**. Saberes construídos na luta por emancipação. Petrópolis, RJ: vozes, 2017.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

RATTS, Alex. **Eu sou atlântica**: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Kuanza, 2007.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se Negro**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.